

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL

DE 1988 ATÉ 2021

-  TODAS AS ETAPAS
-  ENSINO FUNDAMENTAL
-  ENSINO MÉDIO
-  ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
1988	Constituição Federal	Aprovada pela Assembleia Constituinte para todo o sistema de educação brasileiro		Progressiva universalização do ensino fundamental gratuito (7 a 14 anos) e definição de competências: União (normatização nacional e assistência técnica e financeira aos estados e municípios), estados (responsáveis pelo ensino fundamental e médio) e municípios (responsáveis, prioritariamente, pela educação infantil e, também, pelo ensino fundamental, sobreposição para evitar lacunas na oferta)
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Aprovada pelo Congresso Nacional para diversas políticas (educação, assistência social etc.)	 (crianças e adolescentes)	Define direitos das crianças e dos adolescentes, com ênfase na educação
1996	Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro		Estabelece diretrizes e organização do sistema educacional brasileiro, reforçando a divisão de competências e orientação sobre etapas e modalidades de ensino
1996	Emenda Constitucional nº 14	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro		Determina a progressiva universalização do ensino médio e competências de estados e municípios
1997	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	Aprovados pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro		Estabelecem uma referência nacional de conteúdos para as disciplinas do ensino fundamental e médio
1998	Resolução CNE nº 2 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro (sofreu mudanças com a implementação da BNCC)		Define diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental
1998	Resolução CNE nº 3 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro (sofreu mudanças com a implementação da BNCC)		Define diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio
1999	Decreto nº 3.298 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	Aprovada pelo presidente		Define diretrizes para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, com determinações em diferentes políticas. Na educação, define a inclusão no ensino regular
2003	Lei nº 10.639 - ensino obrigatório da História e Cultura Afro-brasileira	Aprovada pelo Congresso Nacional		Introduz a obrigatoriedade das disciplinas de História e Cultura Afro-brasileira no currículo
2005	Resolução CNE nº 3 - ampliação do ensino fundamental	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro		Amplia o ensino fundamental para 9 anos

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

(continuação)



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
2005	Resolução CNE nº 2 (substituída pela Resolução 22) - Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial e continuada de professores	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados e de segunda licenciatura) e para a formação continuada
2008	Lei nº 11.738 - Piso Salarial Nacional para profissionais do magistério público da educação básica	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Institui piso salarial nacional para profissionais do magistério público da educação básica e 1/3 da jornada para trabalho pedagógico
2008	Lei nº 11.645 - adiciona o ensino de História e Cultura Indígena à Lei nº 10.639	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	FM	Introduz a obrigatoriedade das disciplinas de História, Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no currículo
2009	Emenda Constitucional nº 59 - universaliza a educação de 4 a 17 anos	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Universaliza a educação de 4 a 17 anos e define programas suplementares, como merenda, transporte, material didático e assistência à saúde
2013	Diretrizes Curriculares Nacionais	Aprovadas pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Definem novas diretrizes curriculares nacionais para orientar as propostas pedagógicas das redes de ensino
2017	Lei nº 13.415 - reforma do ensino médio	Aprovada pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	EM	Dentre diversas mudanças, determina a reforma do ensino médio
2017	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - ensino fundamental	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	EF	Define o conjunto de aprendizagens essenciais para os estudantes do ensino fundamental
2018	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - ensino médio	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	EM	Define o conjunto de aprendizagens essenciais para os estudantes do ensino médio
2019	Resolução CNE nº 22 - referenciais docentes para formação inicial de professores	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Define Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular para a formação inicial de professores da educação básica
2020	Resolução CNE nº 1 - define referenciais docentes para formação continuada de professores	Aprovada pelo CNE para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular para a formação continuada de professores da educação básica

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E INFORMAÇÃO



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
1930	Censo Escolar	Década de 1930, implementado de maneira sistemática a partir de 1995, regulamentado em 2007 Inep		Define instrumento de coleta de informações da educação básica
1990	Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)	1990, implementado de maneira sistemática a partir de 1995, passando por mudanças nas décadas seguintes Inep		Implementa avaliação amostral das redes públicas e privadas em Língua Portuguesa e Matemática e outras disciplinas. Sofreu mudanças incorporando outras avaliações. Antes, era ensino fundamental e, em 1995, já incorporou o médio e incorporou anos iniciais com a criação da ANA
1998	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	Modificado em 2009 Inep		Define avaliação dos estudantes ao final do ensino médio, tornando-se instrumento para acesso ao ensino superior
2002	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)	Inep		Afere competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou médio na idade adequada
2005	Prova Brasil	Portaria nº 931 Inep		Implementa a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), avaliação censitária (a cada dois anos) dos estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental de escolas públicas, em Língua Portuguesa e Matemática
2007	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	Inep		Implementa índice que reúne as médias de desempenho nas avaliações (Saeb) e o fluxo escolar (Censo Escolar)
2007	Provinha Brasil	Portaria nº 10 Inep	 (anos iniciais)	Implementa avaliação dos estudantes do 2º ano de escolas públicas, em Língua Portuguesa e Matemática
2013	Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)	Portaria nº 482 Inep	 (anos iniciais)	Implementa avaliação do letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas

PLANOS



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
2001	Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172)	Com vigência até 2010 Aprovado pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Estabelece objetivos e metas para a efetivação do direito à educação para todos (aumento do acesso e melhoria da qualidade)
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Para vigência de 15 anos, mas foi descontinuado MEC	TE	Estabeleceu um conjunto de programas e ações que buscavam melhorar a educação, a partir da sua articulação com o território e o desenvolvimento
2014	Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005)	Com vigência até 2024 Aprovado pelo Congresso Nacional para todo o sistema de educação brasileiro	TE	Estabelece objetivos e metas para a efetivação do direito à educação para todos (aumento do acesso e melhoria da qualidade)

PROGRAMAS



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
1995	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Resolução FNDE nº 3, mas depois sofreu mudanças MEC e FNDE	TE	Garante assistência financeira às escolas
1996	Programa TV Escola	MEC	FM	Produz e distribui material para apoio à formação de professores e às aulas
1998	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)	Resolução FNDE nº 6, mas depois sofreu mudanças MEC e FNDE	TE	Determina assistência financeira a estados e municípios para alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional. Com a Lei nº 11.947/2009, 30% do valor repassado deve ser gasto com produtos da agricultura familiar
2003	Programa Brasil Alfabetizado	MEC e FNDE	EF	Define apoio financeiro a estados e municípios para alfabetização de jovens, adultos e idosos
2004	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate)	Medida Provisória nº 173, mas depois sofreu mudanças MEC e FNDE	TE	Garante assistência financeira para o transporte de estudantes residentes em área rural
2004	Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja)	Lei nº 10.880, programa retomado em 2012 MEC e FNDE	FM	Garante assistência financeira a estados e municípios para manutenção de turmas de EJA
2005	Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)	Primeira portaria, nº 2.963. Decreto 91.542/1985 que substituiu o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) MEC e FNDE	TE	Determina a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, dentre outros materiais de apoio
2005	Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)	Lei nº 11.129 MEC e FNDE	EF	Cria programa para a conclusão do ensino fundamental por jovens de 18 a 24 anos, das zonas urbana e rural

PROGRAMAS

(continuação)



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
2007	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic)	Portaria nº 826 - o programa não existe mais MEC e FNDE	EF (anos iniciais)	Integrava e estruturava ações de formação, materiais e referências curriculares e pedagógicas para alfabetização
2007	Caminhos da Escola	Resolução FNDE nº 13, mas depois sofreu mudanças MEC e FNDE	TE	Define assistência financeira para renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares
2007	Mais Educação	Portaria Interministerial nº 17 e depois Decreto nº 7.083, em 2010 - transformado no Novo Mais Educação (2016) MEC e FNDE	EF	Expande atividades socioeducativas no contraturno escolar
2009	Ensino Médio Inovador	Portaria nº 971 MEC e FNDE	EM	Apoia financeiramente a promoção de mudanças curriculares e a ampliação do tempo na escola
2010	Plano de Ações Articuladas	Resolução FNDE nº 19, mas depois sofreu mudanças MEC e FNDE	TE	Institui instrumento de planejamento de quatro anos para as secretarias estaduais e municipais de educação, para o recebimento de assistência técnica e financeira do MEC/FNDE
2011	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	Lei nº 12.513 MEC e FNDE	EM	Expande a educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e qualificação profissional
2016	Novo Mais Educação	Portaria nº 1.144. Foi descontinuado MEC e FNDE	EF	Apoiava a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental no contraturno
2016	Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Emti)	Portaria nº 1.145 MEC e FNDE	EM	Amplia a jornada escolar e a formação integral e integrada dos estudantes de ensino médio
2017	Programa de Inovação Educação Conectada	Decreto nº 1.602, mas depois sofreu mudanças MEC	TE	Universaliza o acesso à <i>internet</i> de alta velocidade e fomenta o uso pedagógico de tecnologias digitais com formação, recursos educacionais digitais e melhoria da infraestrutura de acesso
2019	Política Nacional de Alfabetização	Decreto nº 9.765 MEC	pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental	Garante assistência financeira, materiais pedagógicos e formação para a alfabetização
2019	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares	Decreto 10.004, mas depois sofreu mudanças MEC e Ministério da Defesa	FM	Expande o número das escolas cívico-militares

PROGRAMAS INTERSETORIAIS



Ano	Legislação	Governança	Abrangência	Definição
1996	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)	Governo federal (em 2011, integrou o Suas)	crianças e adolescentes	Determina ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil
1999	Programa Garantia de Renda Mínima	Substituído pelo Bolsa Escola MEC	EF	Transfere benefícios às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com crianças e adolescentes (7 a 14 anos) frequentes de escolas públicas de ensino fundamental
2001	Programa Bolsa Escola	Lei nº 10.219, substituído pelo Bolsa Família MEC	EF	Transfere benefícios às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com crianças e adolescentes (7 a 14 anos) frequentes de escolas públicas de ensino fundamental
2003	Programa Saúde e Prevenção na Escola	Substituído pelo Programa Saúde na Escola Ministério da Educação e Saúde com apoio da Unesco e do Unicef	FM	Envolve ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva nas escolas
2003	Programa Segundo Tempo na Escola	Ministério da Cidadania (antes era Ministério do Esporte)	FM	Oferece práticas esportivas no contraturno escolar
2004	Programa Bolsa Família	Lei nº 10.836, substituído pelo Programa Auxílio Brasil Ministério da Cidadania (antes, Ministério do Desenvolvimento Social)	TE	Transfere renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza e possui condicionalidades relacionadas à saúde e educação (matrícula e frequência)
2007	Programa Saúde na Escola	Decreto nº 6.286 Ministério da Educação e Saúde	TE	Envolve ações de promoção, prevenção e atenção à saúde nas escolas
2021	Programa Auxílio Brasil	Medida Provisória nº1.061/2021 Ministério da Cidadania (antes, Ministério do Desenvolvimento Social)	TE	Transfere renda por meio de benefícios, dentre eles: Benefício Primeira Infância (famílias com crianças de 0 e 36 meses incompletos); Benefício Composição Familiar (famílias com gestantes ou pessoas de 3 a 21 anos incompletos); Benefício de Superação da Extrema Pobreza (famílias com renda per capita igual ou inferior ao valor da linha de extrema pobreza)



Acesse o infográfico, o texto complementar e o glossário sobre os temas desta tabela, em:
www.institutounibanco.org.br/especiais/politicas-educacionais-do-brasil

Este infográfico é uma realização do Instituto Unibanco, com base no cenário das políticas educacionais até 2021.

Apoio editorial – Coordenação: Ana Maria Alvarez Melo/Pesquisa e texto: Catarina Segatto/Texto e edição: Mari de Almeida/
 Designer: Mario Kanno/Revisão de texto: Rosângela Almeida

